

RECURSOS NATURAIS SOB A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE FURNAS DOS BAIANOS NA ESTRADA-PARQUE PIRAPUTANGA, AQUIDAUANA, MATO GROSSO DO SUL

NATURAL RESOURCES FROM THE PERSPECTIVE OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF FURNAS DOS BAIANOS ON THE ESTRADA-PARQUE PIRAPUTANGA, AQUIDAUANA, MATO GROSSO DO SUL

Emilia Alibio Oppliger

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional – Universidade Anhanguera-Uniderp, Brasil
emiliaoppliger@hotmail.com

Ademir Kleber Morbeck de Oliveira

Doutor em Ecologia e Recursos Naturais – Universidade Anhanguera-Uniderp, Brasil
akmorbeckoliveira@gmail.com

Recebido: 19.11.2021

Aceito: 03.03.2022

Resumo

As comunidades tradicionais são grupos com identidade própria e organização social distinta, que utilizam territórios e recursos naturais para manter sua cultura e sua existência. O objetivo desta pesquisa é caracterizar recursos naturais existentes na comunidade quilombola de Furnas dos Baianos, sob a perspectiva dos moradores. A metodologia utilizada combinou formulário (relação recursos naturais/modo de vida/conhecimento tradicional dos moradores) e entrevista (memórias dos moradores/paisagem natural). Um integrante de cada família foi convidado a participar e as 14 famílias que formam a comunidade foram representadas. Assim, fez-se um registro de características da paisagem natural à época da formação da comunidade e situou-se a discussão no uso atual dos recursos naturais relacionados à cultura tradicional e ao saber fazer dos moradores; e se há e quais as formas de exploração econômica destes recursos. As atividades desenvolvidas nas propriedades são de subsistência, relacionadas à cultura tradicional da comunidade, com uso do solo e do córrego das Antas. O turismo foi apontado como possibilidade de atividade econômica sustentável.

Palavras-chave: Paisagem e Memória Ambiental; Sistema Ecológico; Desenvolvimento Sustentável; Território e Identidade.

Abstract

Traditional communities are groups with their own identity and distinct social organization, which use territories and natural resources to maintain their culture and existence. This research aims to identify natural resources existing in the quilombola community of Furnas dos Baianos from the resident's perspective. The methodology in use combined a form (relationship with natural resources/way of life/traditional knowledge of the residents) and an interview (memories of the residents/natural landscape). One member of each family was invited to participate, and the 14 families that make up the community were represented. Thus, a record of the characteristics of the natural landscape at the time of the formation of

the community was made, and the discussion was placed on the current use of natural resources related to traditional culture and the residents' know-how; and if there are and what are the forms of economic exploration of these resources. The properties' activities are for subsistence, related to the community's traditional culture, using the soil and the Antas stream. Tourism was pointed out as a possibility of sustainable economic activity.

Keywords: Landscape and Environmental Memory; Ecologic System; Sustainable Development; Territory and Identity.

1. INTRODUÇÃO

'Povos e comunidades tradicionais' são caracterizados de acordo com alguns critérios: se reconhecerem como tal; compartilharem indicadores de identificação (língua, religião, crenças, hábitos, vestimentas, costumes, entre outros); realizarem produção rural em pequena escala, baixos consumo e excedente de energia e com trabalho intensivo; serem dependentes de uma sociedade e cultura hegemônicas; estarem inseridos em ecossistemas, utilizando a natureza de diferentes formas (agricultores, pescadores, extrativistas, artesãos, por exemplo); estabelecerem uma relação estreita com seu território; entre outros (TOLEDO, 2013).

O território é um elemento importante porque relaciona essas populações e a natureza. É definido como uma porção da natureza que fornece, primitivamente, os meios de subsistência, trabalho, produção e os meios de construir os aspectos materiais das relações sociais como as de parentesco e as de trabalho, por exemplo (GODELIER, 1984). O território é uma categoria espacial abordada pela Geografia através das relações de poder político, econômico, cultural, material ou imaterial. As distintas análises que podem ser feitas deste espaço ultrapassam sua dimensão interna e física porque compreendem representações e relações com fatores e variáveis externos que, por sua vez, compõem as territorialidades (OLIVEIRA; SILVA, 2017).

No Brasil, após o Decreto nº 6.040 de 2007, as pessoas que moravam em determinados territórios protegidos, até então ignoradas em sua existência, passaram a ser reconhecidas como comunidades tradicionais, com direitos previstos e que devem ser respeitados (BRASIL, 2007a). A parte mais conservada da Amazônia, por exemplo, ('Amazônia profunda') se caracteriza por elevada proporção de áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação), dificuldade de acesso por estradas, taxa de desmatamento inferior a 2% e presença de povos indígenas e comunidades tradicionais. Esta região foi projetada pela imprensa depois da mobilização de grupos com identidade

étnica e coletiva, que ficaram conhecidos como 'guardiões da floresta' (CALEGARE *et al.*, 2014).

As populações tradicionais e povos indígenas que vivem especialmente no interior e bordas destas florestas, assumiram o compromisso de desmatamento zero (em áreas de floresta primária) em troca de uma compensação financeira (Bolsa Floresta) pela conservação destas áreas. Essa estratégia foi o reconhecimento de que a conservação é resultado das atitudes desses guardiões, pautadas pela consciência ambiental. Além desta ação de ecologia política, programas educacionais e outros incentivos foram implementados para que os territórios tradicionalmente ocupados continuassem sendo trabalhados pelas comunidades de maneira tradicional, sem impactos ambientais significativos (VIANA, 2008).

As atividades de subsistência representam alguns aspectos da cultura e relacionam-se diretamente com a natureza. Assim, o sistema ecológico faz parte tanto do núcleo natural quanto cultural, na medida que o conhecimento tradicional (o saber e o saber-fazer, transmitido oralmente de geração em geração) permite às populações tradicionais compreendê-lo, manuseá-lo e utilizá-lo. Também são os aspectos da cultura em relação ao ecossistema, os responsáveis pelas respostas adaptativas do homem ao ambiente (DIEGUES *et al.*, 2000).

As dificuldades enfrentadas para a permanência e sobrevivência dessas comunidades em seus territórios, como a desapropriação de áreas para compor unidades de conservação e demarcação de terras indígenas e de comunidades tradicionais, são exemplos de problemas fundiários que contribuem para o clima de animosidade, com o agravamento das questões socioculturais e dos impactos negativos no sistema ecológico. A demarcação, porém, representa um recorte insuficiente para a reprodução integral dos ecossistemas e para a manutenção da biodiversidade e da pluralidade cultural. As populações tradicionais são discriminadas por sua identidade sociocultural e prejudicadas na reprodução de seu modo de vida (ARRUDA, 1999).

Por isso, a forma de incluir as comunidades tradicionais no conceito de conservação da natureza compreende o reconhecimento de sua identidade e a valorização de seu saber, além da melhoria de suas condições de vida e a garantia de sua participação na construção de políticas de conservação das quais também sejam beneficiadas (ARRUDA, 1999).

No estado de Mato Grosso do Sul, município de Aquidauana, a comunidade quilombola Furnas dos Baianos está localizada no entorno da Estrada-Parque Piraputanga, que constitui uma Área de Proteção Ambiental. Faz parte da Serra de Maracaju e é uma

região de transição entre os biomas Cerrado e Pantanal, com características predominantes de Cerrado.

O objetivo desta pesquisa foi caracterizar recursos naturais existentes na comunidade quilombola de Furnas dos Baianos, sob a perspectiva dos moradores. Assim, fez-se um registro das memórias dos moradores, para caracterizar a paisagem natural à época da formação da comunidade. Situou-se a discussão no uso atual dos recursos naturais relacionados à cultura e ao conhecimento tradicional, investigando se há e quais as formas de exploração econômica destes recursos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Cerrado: aspectos históricos da transformação do bioma

O Cerrado é definido como um *hotspot*: ecossistema com elevada concentração de espécies endêmicas (pelo menos 1500 espécies de plantas) e intensa perda de *habitats* (pelo menos 70% de sua vegetação nativa com algum grau de degradação). Inicialmente foram estabelecidos 25 *hotspots* no mundo. Atualmente, essas áreas com características relativas à biodiversidade e à intensidade de destruição, chegam ao número de 36 (MYERS *et al.*, 2000; NOSS *et al.*, 2015; SAWYER *et al.*, 2018).

Apesar de compreender 2,4% da superfície terrestre, os *hotspots* respondem por 35% dos serviços ecossistêmicos dos quais as populações humanas vulneráveis dependem. O Cerrado é uma das mais importantes e biologicamente ricas regiões de savana tropical do mundo, ocupando 24% do território brasileiro, sendo que apenas 20% de sua cobertura original ainda resiste (MACHADO *et al.*, 2004). No estado de Mato Grosso do Sul, o bioma se distribui por cerca de 61% da área; entretanto, da cobertura original de vegetação, resta apenas 32% (SANO *et al.*, 2008).

As modificações expressivas na paisagem do Cerrado ocorreram no período pós II Guerra Mundial, quando as relações de poder direcionaram políticas e ideologias em todas as partes do planeta, com a agricultura amplamente 'equipada' com parte da tecnologia desenvolvida durante a guerra. Nessas circunstâncias, surgiu a Revolução Verde, cujo objetivo era acabar com a fome no mundo através da produção de alimentos em escala exponencial. Mas também teve consequências, como a concentração de terras e o surgimento de novos latifúndios, agora dedicados à produção de *commodities* (com valores mais significativos e negociáveis no mercado financeiro). A expansão das áreas utilizadas na produção dessas mercadorias foi acompanhada pelo uso indiscriminado de agrotóxicos,

o que causou contaminação da água, de ecossistemas e impacto negativo à vida das comunidades tradicionais, principalmente aquelas localizadas em áreas de expansão da fronteira agrícola (CONWAY; BARBIER, 1990).

Até a década de 1930, mais da metade da área do Cerrado mantinha características naturais da paisagem e era manejada por comunidades tradicionais, que utilizavam as pastagens nativas e praticavam o extrativismo (MAZZETTO-SILVA, 2009). Entretanto, essas eram atividades de baixa produtividade. Além disso, a presença de áreas planas, chuvas estacionais e a utilização de plantas adaptadas a este ambiente permitiram que a economia tradicional fosse substituída por outras atividades. Atualmente, o agronegócio (plantação de soja, milho e criação de gado, principalmente) em larga escala representa danos ecológicos, como fragmentação de *habitats*, perda significativa de biodiversidade e de área de cobertura vegetal nativa, invasão de espécies exóticas, erosão de solos, contaminação de aquíferos e degradação de ecossistemas, entre outros (DUTRA; SOUZA, 2017).

O comprometimento dos recursos naturais também significa danos socioculturais, que custam a perda do conhecimento acumulado historicamente por comunidades tradicionais de diversas regiões do bioma sobre ecossistemas e biodiversidade, como os quilombolas, agricultores tradicionais, ribeirinhos e indígenas (TOLEDO, 2013).

2.2. Comunidades tradicionais: modo de vida, relação com o território e a natureza

As comunidades tradicionais são grupos com identidade própria e organização social distinta, que utilizam territórios e recursos naturais para manter sua cultura (que abrange sua ancestralidade, religião, organização social e economia) e sua existência. Recursos naturais são disponibilizados pela natureza, não precisam ser produzidos. Precisam, apenas, ser extraídos [explorados] como minerais, hidrocarbonetos, água, terras agricultáveis, florestas, por exemplo (PAMPLONA; CACCIAMALI, 2017). Seu modo de vida é indissociado do uso e manejo dos recursos naturais em ecossistemas e áreas cultivadas adjacentes. Trata-se de um vínculo histórico que tem como legado o conhecimento ecológico tradicional (DIEGUES, 2003). Como características, têm sua relação com a natureza e suas histórias ligadas à luta pela propriedade da terra, pela preservação ambiental e pelo direito ao modo de vida tradicional (ALMEIDA, 2004).

Ao conceito de 'modo de vida' convergem significados como 'cultura', 'cotidiano', 'adaptação dos meios de produção à natureza' e 'meios utilizados para garantir a sobrevivência' (BRAGA *et al.*, 2017). A proximidade e dependência que as comunidades

tradicionais têm da natureza estão relacionadas não apenas à garantia de subsistência e sobrevivência, como também ao conhecimento, à cultura, à história e ao cotidiano desses grupos, e aos meios utilizados para o trabalho desenvolvido nesse espaço natural. Sob os aspectos histórico, sociocultural, político e econômico, o território é a principal referência das comunidades tradicionais, que se expressam a partir dele. Desta maneira, configura-se a identidade territorial e as territorialidades. As particularidades de cada território são dinâmicas e resultam da relação sociedade-espaço-tempo (OLIVEIRA; SILVA, 2017).

De forma geral, as comunidades tradicionais obtêm parte significativa de seu sustento por meio do extrativismo: sementes, castanhas, peixes, flores, frutos, raízes, cascas, látex, óleos e resinas, entre outros, que servem de alimento, medicamento, fibra, energia, utensílios e ferramentas, entre outros. O cultivo de roçados (arroz, feijão, mandioca, abóbora, milho, etc.) e a criação de animais (galinhas, vacas, porcos, etc.) em mosaicos de áreas naturais e áreas agrícolas abertas periodicamente em meio à vegetação secundária, representam a atividade de muitas famílias (DIEGUES, 2003; NODARI; GUERRA, 2015).

Porém, o território ocupado pela comunidade sofreu uma nova construção social, em que a terra passa a ser compreendida com valores diversos e múltiplas funções. Assim, além da tradicional produção agropecuária de subsistência, a terra também oferece serviços ecossistêmicos, que são as funções de proteção à vida e a qualidade ambiental oferecidos pelo ambiente natural. Como exemplo, espécies da fauna e flora cujas toxinas podem ser sintetizadas em laboratório e utilizadas pela indústria farmacêutica para tratamento/cura de doenças, disponibilidade de água para consumo humano e produção de energia elétrica, qualidade do solo para a produção de alimentos, compensação de carbono na atmosfera e a manutenção do clima, entre outros. Estes serviços também constituem matéria-prima fundamental para o turismo, desde o turismo de 'sol e praia' até o contemplativo, onde os recursos naturais compõem a paisagem [incluindo a biodiversidade] e a beleza cênica (MUÑOZ; FREITAS, 2017).

Por outro lado, a comunidade representa práticas alternativas em relação à concepção de mundo, que não compreende natureza e cultura como uma dualidade. De outra forma, são estabelecidos paralelismos e conexões entre a natureza e a cultura. Os bens comuns da comunidade não são, simplesmente, recursos naturais ou sociais compartilhados, mas algo em torno do qual reúne-se criatividade humana para estimular as relações sicionaturais afetivas e as subjetividades de estar com os demais. As relações afetivas e o trabalho desenvolvido pela comunidade, que vai além de produzir bens ou recursos, é fundamental para produzir alternativas não capitalistas de sobrevivência (SINGH, 2018).

Dessa maneira, o conhecimento tradicional é permeado pela cultura da comunidade. O saber e o fazer têm um valor significativo para esclarecer como os indivíduos percebem, interpretam e conceituam os recursos, ecossistemas e paisagens dos quais dependem para sobreviver. Trata-se de um conhecimento 'ágrafo' transmitido, no tempo e no espaço, por meio da oralidade e protegido pela memória desses grupos. O saber tradicional compreende detalhado conhecimento acerca da estrutura da natureza, da relação que se estabelece entre os elementos que a formam, seus processos e dinâmicas e seu potencial utilitário. Isso inclui conhecimentos sobre constelações (cosmo), biodiversidade (plantas, animais, fungos), paisagem e clima (solo, relevo, chuva), processos geofísicos, biológicos e ecológicos (alteração do relevo e de corpos d'água), ciclos biogeoquímicos, ciclos de vida, períodos de floração, frutificação, germinação, nidificação e fenômenos de recuperação de ecossistemas (sucessão ecológica), entre outros (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada na comunidade quilombola de Furnas dos Baianos, município de Aquidauana. Seu território é adjacente à Área de Preservação Ambiental Estrada-Parque Piraputanga (10.108 hectares) e está inserido na bacia hidrográfica do rio Aquidauana (Figura 1).

O acesso à comunidade é feito pela estrada-parque, que tem 42,5 km de extensão e liga os distritos de Camisão, Piraputanga (no município de Aquidauana) e Palmeiras (no município de Dois Irmãos do Buriti), região centro-oeste de Mato Grosso do Sul (rodovia MS 450, entroncamento com a BR 262). O território é formado pelos morros da serra de Santa Bárbara, no complexo da serra de Maracaju.

A realização desta pesquisa foi autorizada pela Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de Furnas dos Baianos. O formulário e a entrevista constituíram os instrumentos de coleta de dados e foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa, via Plataforma Brasil. A primeira fase da pesquisa de campo aconteceu em 2018, com a aplicação dos formulários; e as entrevistas foram realizadas na segunda fase, em 2019. Para participar, o respondente deveria, obrigatoriamente, ser parte do grupo (ou descendente) dos migrantes que chegaram naquele local, como também morar na comunidade.

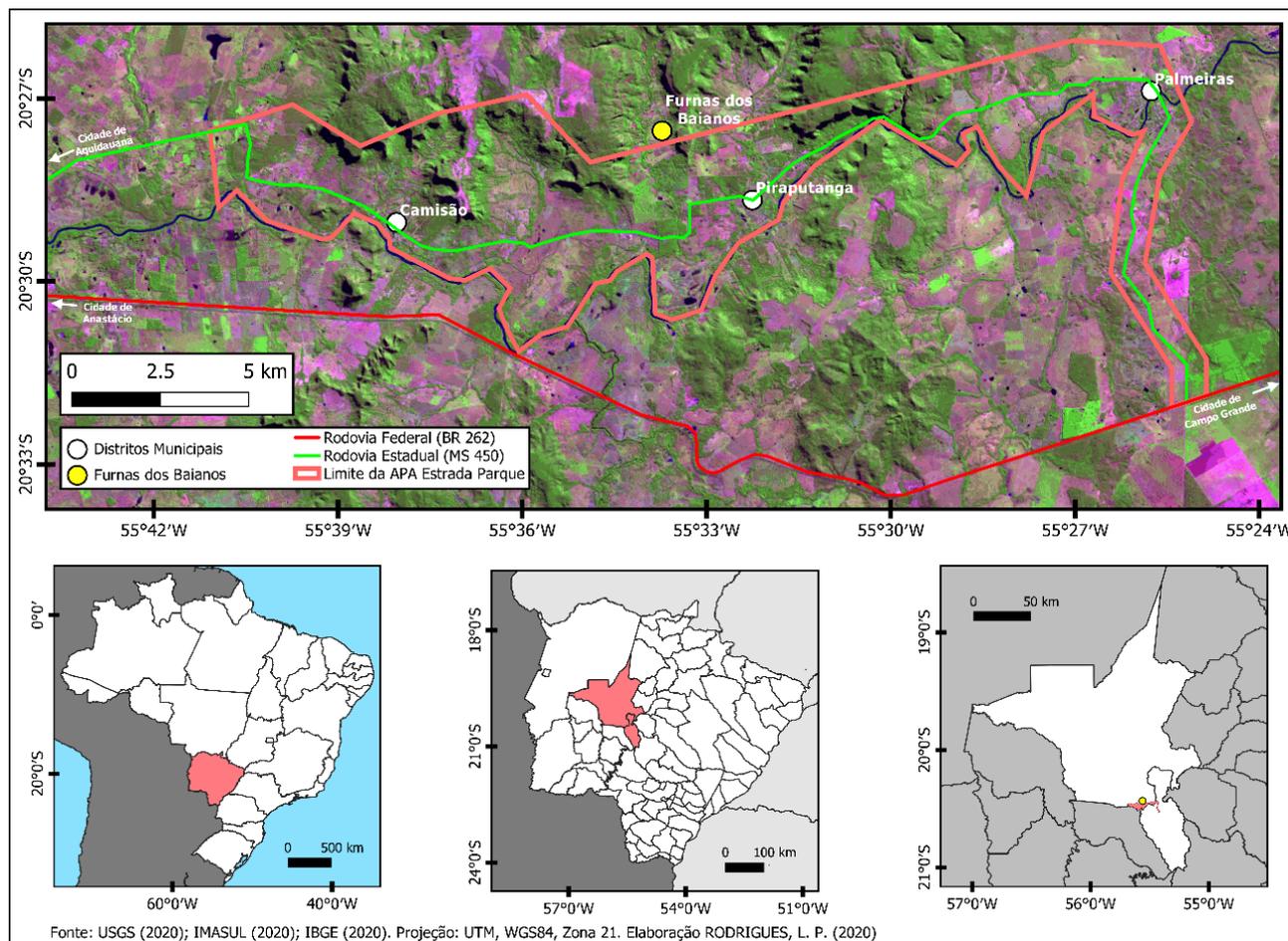


Figura 1 - Localização da comunidade de Furnas dos Baianos (ponto amarelo) e Área de Proteção Ambiental Estrada-Parque Piraputanga, Aquidauana, Mato Grosso do Sul.

Elaboração: Lidiane Perbelin Rodrigues (2020).

Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza aplicada, com procedimentos técnicos utilizados em pesquisas etnográficas (MARCONI; LAKATOS, 2003). A pesquisa etnográfica compreende o estudo, através da observação direta e por um determinado período de tempo, do modo de viver de um grupo particular de pessoas. Este grupo é representado por pessoas associadas de alguma forma, uma unidade social significativa para a pesquisa, seja ela formada por muitos ou poucos elementos (MATTOS, 2011).

O formulário foi um dos instrumentos de pesquisa utilizados, estruturado com o objetivo de coletar dados que relacionassem os recursos naturais disponíveis no território ocupado pela comunidade ao modo de vida e conhecimento tradicional dos moradores. Além disso, permitiu investigar se havia e quais as formas de exploração econômica desses recursos. Para responder, um integrante de cada família foi convidado a participar, de maneira voluntária e consentida. As 14 famílias que formam a comunidade foram representadas.

A metodologia utilizada também combinou diferentes aspectos da entrevista, de caráter exploratório, etnográfico, narrativo e com foco definido. A narrativa é uma competência humana e independe da formação escolar de quem está sendo entrevistado, sendo capaz de estimular a livre expressão, a determinação de temas e perspectiva das coisas. A entrevista cria a oportunidade de interação com pessoas como, também, apresenta limitações que devem ser consideradas para não desmotivar a participação no estudo, tampouco gerar expectativas que não condizem com o resultado esperado. Este instrumento demanda, pelo menos, a proposição de uma pergunta inicial que faça sentido e seja de interesse para as pessoas entrevistadas (KAPP, 2020). A entrevista aberta, de caráter narrativo, foi utilizada para realizar o registro das memórias dos moradores e caracterizar a paisagem natural à época da formação da comunidade.

As entrevistas foram gravadas em arquivos de voz, utilizando *smartphone* e deu-se preferência por representantes mais velhos de cada uma das quatro famílias originais da formação da comunidade. A aplicação dos formulários e a realização das entrevistas aconteceram nas casas dos moradores e o tempo de duração variou, de acordo com a disponibilidade, interesse e interação de cada entrevistado. As questões principais a serem respondidas pela pesquisa foram: como era a paisagem de Piraputanga quando os migrantes chegaram no início dos anos 1950, como os recursos naturais disponíveis estão relacionados ao modo de vida e ao conhecimento tradicional da comunidade, se há e quais as formas de exploração econômica destes recursos.

Os dados foram organizados por meio da tabulação dos formulários e da transcrição das entrevistas. Para registrar as características de como era a paisagem quando os migrantes chegaram em Piraputanga, foi utilizada a análise de conteúdo, que é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, [...] que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens”¹. Os termos utilizados pelos participantes da pesquisa foram considerados para delimitar os temas a serem apresentados e discutidos.

¹ BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 42.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Memórias da paisagem e a Estrada-Parque Piraputanga

Os moradores mais antigos descreveram a paisagem de Piraputanga, no início da década de 1950 como “*só mato*”, havia “*muita mata em volta e era mais fechada*”. Afirmam que o local era “*mais preservado*” e tinha “*mais árvores*” e que “*não era tão desmatado*”. “*O córrego era mais preservado, mais cheio*” (córrego das Antas, que passa pela comunidade). “*Tinha mata na beira do córrego e as matas eram mais conservadas*”, “*tinha matas ciliares*”, “*as margens do córrego eram mais preservadas*”. “*O córrego era mais plano e não havia tanta erosão*”. “*Hoje, assoreou*”. “*Era mais fácil de ver animais. Havia bem mais animais e eram vistos com mais frequência: pacas, capivaras, araras*”. “*As pacas andavam quase no quintal das casas*”. “*Algumas espécies de animais já não são mais vistas com tanta frequência: anta, cutia, porcos do mato, cateto, queixada*”.

A identidade territorial se caracteriza através da dimensão histórica, do imaginário das pessoas e do próprio território como referência. A memória, individual e coletiva, é um elo importante para a apropriação e manutenção das comunidades quilombolas em seus territórios e na sua construção identitária (HAESBAERT, 1999; OLIVEIRA; SILVA, 2017).

Por outro lado, há quem afirmou que a paisagem está “*do mesmo jeito, com menos aparição de animais*”. “*Havia mais plantação de roça, muitas frutas*”. São relatos de moradores mais jovens, com parâmetros diferentes em relação ao tempo e à modificação da paisagem para fazer a mesma comparação. Os moradores que chegaram à época em que a comunidade foi formada, relataram que o acesso e a locomoção eram “*mais difíceis*”, “*as estradas eram os trieiros*” [trilhas], e havia “*a famosa carreteira*” (Estrada-Parque Piraputanga), onde “*não entravam carros, a gente andava a pé*”.

A Estrada-Parque Piraputanga foi instituída Área de Proteção Ambiental no ano de 2000, pelo Decreto Estadual nº 9.937, com o objetivo de garantir de forma permanente, em bases e princípios sustentáveis, qualidade ambiental e de vida das comunidades autóctones dessa região. Além disso, proteger o conjunto histórico-cultural, paisagístico e ecológico e promover a recuperação da bacia hidrográfica do rio Aquidauana e formações da Serra de Maracaju, compatibilizando-a com o uso racional dos recursos naturais e ocupação ordenada do solo (MATO GROSSO DO SUL, 2000).

A unidade de conservação compreende uma área caracterizada pela transição do relevo entre o planalto com características do Cerrado e a planície de inundação do Pantanal. Sua paisagem é singular pela importância geológica e arqueológica, além de

abrigar parte da biodiversidade destes dois importantes biomas. Antes das obras de asfaltamento, a estrada sinuosa e estreita, era de terra, entre morros e escarpas de arenito da Serra de Maracaju e as margens do Rio Aquidauana e afluentes (LIMA *et al.*, 2020) (Figuras 2 e 3).



Figuras 2 e 3 - Estrada-Parque Piraputanga: trecho sendo construído ao longo do Rio Aquidauana (2); obra concluída (3), Aquidauana, Mato Grosso do Sul.

Fonte: Google Images.

Asfaltada, a estrada representou uma obra de infraestrutura que beneficia a comunidade local. Em dias de chuva intensa os moradores ficavam, praticamente, isolados. Além disso, a estrada facilita o escoamento da produção rural da região e representa um recurso para o desenvolvimento do turismo nessa região de Mato Grosso do Sul. Durante as obras da estrada-parque, foram encontrados indícios de um sítio arqueológico. Esses vestígios podem fazer parte do sítio arqueológico ‘Cera’, formado por grupos caçadores-coletores, que reúne conjuntos líticos, conjuntos artefatuais cerâmicos e arte rupestre em pinturas (PÓVOA, 2007; BESPALÉZ, 2015).

Quando perguntados sobre a finalidade e importância da APA Estrada-Parque Piraputanga, os entrevistados responderam que ela serve para garantir “a proteção”, “a manutenção”, “a preservação”, “da natureza”, “da fauna e da flora”, “dos poucos animais silvestres”, “do córrego das Antas”, “do habitat natural dos animais”, “do meio ambiente”. Também apontaram “a atração turística” como importância da estrada-parque.

Muitas políticas ambientais são utilizadas como políticas públicas para refletir o interesse de seus gestores, especialmente quando o significado de conservação e desenvolvimento local é associado à construção ou melhoria de estradas. É importante enfatizar que estradas-parque, somente, não são unidades de conservação, embora o projeto estrutural preveja sua integração com o meio ambiente. Mas seu papel não é claro e são muitos os desafios para que essas áreas se convertam, efetivamente, em anteparo

conservacionista. Para a proteção de espécies endêmicas, por exemplo, elas são extremamente inviáveis. A alternativa para resolver esse desalinhamento entre ações de governos estaduais e municipais e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, foi a criação de áreas de preservação ambiental no entorno das estradas-parque, como aconteceu na Estrada-Parque Piraputanga. Na Estrada-Parque Chapada dos Veadeiros foi feito o contrário: a estrada-parque foi inserida em uma unidade de conservação. Porém, o resultado de sua implantação foi a frustração da comunidade local e a fragilização do ecossistema envolvido (DUTRA *et al.*, 2008).

Todavia, mesmo as estradas-parque que fazem parte de unidades de conservação são gerenciadas de maneira ineficaz ou sequer apresentam plano de manejo, como é o caso da APA Estrada-Parque Piraputanga (MATO GROSSO DO SUL, 2020). Em 2000, ano de sua criação, a vegetação remanescente cobria 52,2% da área total e, em 2014, restavam apenas 32,6% de vegetação nativa, enquanto que pastagens utilizadas para a pecuária extensiva ocupavam 61,6% da área. Isso demonstra que a APA não tem conseguido contribuir para a conservação do sistema ecológico abrigado em seus limites (RODRIGUES *et al.*, 2015).

4.2. Recursos naturais: conhecimento tradicional e alternativa de trabalho

O córrego das Antas foi o recurso natural mais citado pelos entrevistados. Ele é utilizado pela comunidade para a dessedentação dos animais, agricultura de subsistência e para lazer da população local e visitantes. Suas margens são compostas de arenito com estratificações/incrustações de ferro e manganês, o que dá ao córrego a coloração amarelo ocre (OLIVEIRA, 2016). O tipo de rocha e seu desgaste natural favoreceram a formação de quedas d'água, cachoeiras e 'panelas', além de um cânion, por onde passa o córrego (Figuras 4 e 5).

Os "morros", elementos que compõem o relevo e a paisagem de Furnas dos Baianos, também foram citados pelos entrevistados. A Geologia conceitua 'furnas' como feições de erosão subterrâneas seguidas de abatimento do teto rochoso, o qual atinge a superfície do terreno, formando buracos significativos com até 110 metros de profundidade e 500 metros de diâmetro (MAACK, 1956; MELO *et al.*, 2009). Apesar de não ser essa a formação geológica, os morros que 'cercam' o território, chamados de 'Furna I' e 'Furna II' (separados pelo córrego das Antas), dão nome à comunidade. Outros morros, como o do Chapéu e o Azul, podem ser vistos ao longo da estrada-parque, assim como o relevo de planalto da

Formação Aquidauana (chamada de 'Serra de Aquidauana' pela população local), com escarpas e *cuestas* de cor avermelhada pela formação arenítica e, conforme a incidência dos raios solares, com tons azulados devido aos musgos e vegetação (OLIVEIRA, 2016).



Figuras 4 e 5 - Córrego das Antas, Aquidauana, Mato Grosso do Sul.

Fonte: Autor, 2018 (4); Oliveira (2016) (5).

Os morros e escarpas constituem uma paisagem composta por savanas florestadas e arborizadas com e sem florestas de galeria. A vegetação nativa funciona como transição entre as baixas e as altas declividades dessas áreas, acompanhando faixas de vegetação preservada nas bordas das formações rochosas. Assim, a declividade acentuada do relevo é responsável pela conservação da vegetação nativa. Em contraste com as partes altas, condição física dessas paisagens que dificulta os avanços da fronteira agrícola, as áreas com superfícies planas apresentam menores índices de conservação da vegetação nativa, porque servem ao uso de atividades ligadas à agricultura e à pecuária (RODRIGUES *et al.*, 2015; LIMA *et al.*, 2020).

A comunidade de Furnas dos Baianos, apesar de estar em uma área adjacente a uma unidade de conservação, relatou mudanças significativas em relação à paisagem, especialmente sobre a diminuição da área coberta por vegetação nativa. Entretanto, não mencionou presença ou pressão do agronegócio em seu território. A característica do relevo formado por escarpas e declividade pode dificultar a ampliação dos latifúndios para pecuária e monoculturas, especialmente da lavoura de soja, que ocupa grande área do Cerrado.

Na comunidade quilombola de Morro de São João, Tocantins, os moradores tentam resistir à pressão do agronegócio. A diminuição do território quilombola com a venda de propriedades para lavouras comerciais (antes mesmo da titulação da terra) além da

modificação da paisagem com a derrubada da vegetação nativa para o cultivo de soja, impactaram drasticamente no ecossistema. Mudança no comportamento de espécies como a onça, por exemplo, que tem atacado vacas, cavalos e porcos e, até mesmo, animais domésticos como cachorros, deixa a comunidade apreensiva. A redução da ictiofauna² pela contaminação dos rios por agrotóxicos; extinção de espécies; perda de *habitats*; diminuição da frequência de avistamentos de animais silvestres no território quilombola ao longo dos últimos anos, como veados e antas, e da ocorrência de determinadas variedades de frutas no território da comunidade, como o cumbaru, a sucupira, a mangaba, o murici e o puçá, são exemplos de resultados da interferência antrópica por razões econômicas (SOUZA; CHAVEIRO, 2019).

A biodiversidade também foi citada como recurso natural e exemplificada pelos entrevistados com espécies da fauna e da flora (“*arara-azul, tucano, ema, seriema, jaguatirica, queixada, tamanduá-bandeira, plantas medicinais e ipê-amarelo*”). A característica geomorfológica da região pode explicar essa variedade de espécies, até mesmo de algumas que são consideradas ameaçadas, como a arara-azul (*Anodorhynchus hyacinthinus*) (BRASIL, 2018) (Figuras 6, 7, 8 e 9).

Os moradores de Furnas dos Baianos cultivam a terra, plantando mandioca, feijão, abóbora, milho, cana-de-açúcar, melancia e hortaliças para consumo próprio. Também têm pequenas criações de galinhas, porcos e vacas, além de cavalos que auxiliam na lida rural. Todos os entrevistados cultivam espécies de plantas (boldo, hortelã, losna, poejo, cidreira, menta, mangaba, babosa, erva doce, algodão-do-cerrado, alecrim, manjerição e açafraão) para fins medicinais (dores abdominais e de estômago, ressaca, febre, gripe, resfriado, dor de garganta, dores lombares, calmante e cicatrizante natural) ou como tempero.

Na comunidade quilombola de Morro de São João, Tocantins, a criação extensiva de gado, que se alimenta de capim nativo e frutos do cerrado; e as chamadas ‘roças de toco’ para o plantio de arroz, feijão, milho abóbora, amendoim e mandioca eram as atividades que garantiam o sustento das famílias. O sistema de rodízio promovia a ‘agrobiodiversidade’, permitindo a regeneração florestal nas pequenas clareiras abertas na vegetação; a caça e a pesca eram abundantes. Entretanto, a retirada da vegetação nativa para a introdução de lavouras comerciais, trouxe consequências ambientais mais complexas e destrutivas em relação à água, ao clima e à fauna, por exemplo. Após o parcelamento/venda da terra para latifundiários e agronegócio, o primeiro resultado

² Conjunto das espécies de peixes que existem em uma determinada região biogeográfica.

negativo foi a inviabilidade para o plantio das roças e o cultivo de pastagem para a manutenção do rebanho, que significou a redução da atividade agropecuária entre os quilombolas, alterando profundamente seus hábitos e cotidiano (SOUZA; CHAVEIRO, 2019).



Figuras 6, 7, 8 e 9 - Biodiversidade de Furnas dos Baianos: espécie de árvore (6), caraguatá (*Bromelia antiacantha*) (7), arara vermelha (*Ara chloropterus*) (8), udu-de-coroa-azul (*Momotus momota*) (9), Aquidauana, Mato Grosso do Sul.

Fonte: Autor, 2018.

Em Furnas dos Baianos, a cultura, o saber fazer que os migrantes fundadores da comunidade trouxeram de sua terra de origem é a transformação da mandioca em farinha. Desde que chegaram, produzem a farinha artesanalmente. O principal canal para escoar a produção era a estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB) que ligava o distrito de Piraputanga à capital Campo Grande e a Corumbá e, também, trazia passageiros que desembarcavam na estação. Em 1992, a atividade foi duramente atingida pois a estação de Piraputanga foi desativada (SYDOW, 2004). Em 2012 uma farinheira comunitária foi construída para ser fonte de renda para a comunidade e facilitar a fabricação. A farinha passou a ser produzida com maquinários, embalagem padronizada e alvará sanitário.

Entretanto, problemas de abastecimento de água e a falta de alguns documentos para autorização da vigilância sanitária, mantiveram as atividades paradas por mais de um ano.

Assim, o modelo de desenvolvimento em que as comunidades dependem apenas dos recursos naturais, sem ou com baixo uso de tecnologias, forma um espaço produtivo pouco dinâmico. Quando este espaço é limitado ou utilizado apenas para a produção de gêneros e quantidade para o autoconsumo, há uma redução na atividade agrícola e a subutilização de espécies vegetais com potencial valor de mercado. Os recursos da biodiversidade, além de cumprir sua função ecológica, podem ser explorados de modo sustentável por meio do extrativismo e da manufatura, por exemplo, provocando alterações no padrão de organização espacial, atividades econômicas sustentáveis, aumento significativo de renda e perspectivas de desenvolvimento local (FÉ; GOMES, 2015; LIMA *et al.*, 2015).

4.3. Uso dos recursos naturais: possibilidade de atividade econômica sustentável

Os entrevistados consideraram “*as paisagens de Furnas dos Baianos um lugar diferente e especial*”, motivo de orgulho e que merece ser apresentado para pessoas de fora da comunidade, que compartilham a mesma visão de reconhecer, valorizar e conservar a natureza. Manter o vínculo entre as gerações mais novas e o território também foi um fator importante citado pelos entrevistados. Assim, buscar possibilidades para utilizar, de maneira sustentável, a paisagem como recurso natural pode reunir as expectativas e preocupações demonstradas pelos moradores, além de promover um modelo de desenvolvimento mais dinâmico. As alternativas para isso devem valorizar e potencializar o saber e o saber fazer, pois é este conhecimento que caracteriza a comunidade tradicional.

Metade dos moradores entrevistados (sete pessoas) apontou o turismo como uma alternativa viável de atividade econômica. Quando perguntados sobre que elemento poderia ser um recurso turístico, responderam “*a paisagem*” (Figuras 10 e 11). Para compor um produto turístico, relacionaram atividades que podem ser realizadas em meio à natureza (trilhas ecológicas, *rapei* e recreação no córrego), além de elementos culturais como a história da formação da comunidade, o cotidiano da vida rural das propriedades e a visita à farinha comunitária, a produção e venda de artesanato e de alimentos típicos feitos pelos moradores (farinha de mandioca, doce de leite, queijo, requeijão e compotas de frutas).



Figuras 10 e 11 - Visão geral da paisagem de Furnas dos Baianos, Aquidauana, Mato Grosso do Sul.
Fonte: Autor, 2018.

Por outro lado, a outra metade dos entrevistados (sete pessoas) se posicionou contra ou ponderou sobre o momento, as condições e as circunstâncias em que o turismo poderia ser desenvolvido. Assim, não houve consenso sobre o turismo ser uma possibilidade de atividade econômica para a comunidade, apesar de ter ficado evidente que compreendem ‘turismo’ e ‘atividade turística’ como coisas distintas. Algumas famílias vivem de aposentadoria e não demonstram interesse em desenvolver uma atividade produtiva (JOSÉ NETO, 2005). Mas é necessário considerar que a comunidade partilha um território e deve decidir em conjunto sobre seu uso e sobre os recursos que nele existem. O direito a esses bens pode ser tanto material (acesso à terra para plantação, coleta ou à solta de animais) quanto direitos e obrigações morais (reciprocidade, respeito aos costumes, ao saber tradicional, à solidariedade comunitária) (RIBEIRO *et al.*, 2005).

A compreensão do que sejam os bens comuns está diretamente relacionada a conceitos que se tem de Estado, mercado, das relações de poder e posse das quais participe. As condições incluem a possibilidade de dispor de meios e incentivos para fazê-lo, a existência de mecanismos de comunicação necessários para sua implicação e um critério de justiça com base na divisão equitativa de custos e benefícios. Nesse processo, é importante identificar práticas concretas que mostrem projetos que permitiram a muitas comunidades em todo o mundo, alcançar alto nível de autonomia para a gestão eficiente de seus bens comuns por longos períodos de tempo (OLIVOS, 2013).

Com interpretações conceituais e políticas diferenciadas, planos nacionais de turismo e políticas públicas foram criados para promover a inclusão social, fortalecer a participação das comunidades e a governança democrática, fomentar novos destinos com potencial e distribuir os fluxos turísticos que eram concentrados, especialmente, no litoral do país. O

turismo de base comunitária é resultado de política pública para o turismo no Brasil e, também, um exemplo de atividade onde estão envolvidos Estado, mercado e as relações de poder e posse de bens comuns (BRASIL, 2003; 2007b).

O turismo deve ser acessível tanto para quem vai usufruí-lo como opção de lazer, quanto para quem pretende fazer parte da cadeia produtiva, como empreendedor ou como comunidade tradicional, por exemplo. Ações dessas políticas públicas favoreceram o interior do país e tornaram o turismo acessível a diferentes classes socioeconômicas, grupos sociais e populações locais. Entretanto, a comunidade 'apenas' não é suficiente para concretizar o turismo de base comunitária.

Esta modalidade tem como princípio fundamental a participação e aderência de toda a comunidade. Além disso, a autonomia de planejamento e gestão da atividade turística e, como principal atrativo, a autenticidade do modo de vida das comunidades tradicionais. É uma modalidade que pouco tem a ver com as ações do mercado convencional, na medida em que se desenvolve, preferencialmente, através do associativismo e cooperativismo (IRVING, 2009).

Turismo em áreas naturais, em suas diferentes modalidades como ecoturismo, turismo rural e turismo de aventura, entre outros, representa, além dos atrativos (trilhas, passeios, *rapel*), distintas possibilidades de negócios como hospedagem (*camping*, 'cama-e-café', pousada), alimentação (refeições, produtos típicos) e, até mesmo, serviços de transporte e venda de artesanato. Estes exemplos demonstram a variedade de empreendimentos que podem ser realizados por meio da economia solidária, sendo o turismo uma alternativa para moradores que têm interesse, utilizarem suas propriedades, evitando a concorrência e estimulando o trabalho associado/cooperativado.

5. CONCLUSÕES

Os moradores entrevistados demonstraram conhecimento significativo sobre os recursos naturais que estão no território ocupado pela comunidade de Furnas dos Baianos. No registro de suas memórias, enfatizaram que houve diminuição da vegetação, assoreamento e erosão do córrego das Antas e menor frequência de avistamento de animais silvestres. Não foi possível encontrar nenhum registro fotográfico feito à época em que os migrantes chegaram em Piraputanga.

As principais atividades desenvolvidas nas propriedades ainda são de subsistência (roças, especialmente de mandioca, e criação de animais) e estão diretamente relacionadas ao uso dos recursos naturais, como o solo e o córrego. A produção de farinha de mandioca

é o elemento mais significativo da cultura tradicional da comunidade, porque representa o 'saber fazer' trazido pelos migrantes baianos. Além de ser o sustento das famílias, permitiu a união da comunidade e sua permanência naquele local, por todo esse período. Por isso é importante ressaltar que a história e o conhecimento tradicional das comunidades, não apenas sua sobrevivência e sustento, dependem da integridade ecológica do seu território.

Os sistemas produtivos tradicionais feitos por meio do uso coletivo do território ficam comprometidos ou são inviabilizados quando os recursos naturais se tornam escassos, inacessíveis ou são espoliados. A cultura tradicional das comunidades está sujeita a sofrer interferências externas ou ter problemas de diferentes graus de complexidade. Problemas estruturais são mais facilmente contornados do que a pressão por território com valor para atividades de latifundiários ou empresas transnacionais, por exemplo. As ameaças aos recursos naturais podem causar danos irreversíveis tanto do ponto de vista ecológico, quanto do ponto de vista sociocultural e socioeconômico, com a perda do conhecimento tradicional, situação de miséria absoluta, a perda dos meios de subsistência e a dizimação das comunidades.

O turismo foi apontado pelos entrevistados como uma possibilidade sustentável de atividade econômica, mas não houve consenso. É uma alternativa viável considerando a infraestrutura turística para o funcionamento da atividade (atrativos, acesso, alimentação e hospedagem, se houver a necessidade/demanda de turistas para pernoitar, por exemplo). A infraestrutura básica, que atende à comunidade, também servirá aos visitantes/turistas (saneamento, energia elétrica, comunicação, acesso, transporte, serviços de saúde, etc.), assim como os empreendimentos que venham a ser desenvolvidos (tecnologias e capacitação profissional e operacional, entre outros).

Além disso, a comunidade está localizada em uma região de transição entre os biomas Cerrado e Pantanal, um diferencial com potencial atrativo para o turismo sustentável; e muito próxima à Estrada-Parque Piraputanga, formatada pelo poder público e apresentada ao mercado como polo turístico regional. A modalidade de turismo a ser desenvolvida (turismo em áreas naturais, turismo rural, ecoturismo, turismo cultural e, mesmo, turismo de base comunitária), também deve ser adequada às expectativas e decisões da comunidade e aos recursos/atrativos que podem ser utilizados na composição do produto turístico. Além de contribuir para o desenvolvimento local, pode ser uma opção para que os mais jovens não precisem sair da comunidade em busca de oportunidades de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.

ARRUDA, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 5, p. 79-92, 1999.

BESPALEZ, E. Arqueologia e história indígena no Pantanal. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 45-86, 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: Diretrizes, metas e programas - 2003-2007**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003. 48p.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 fev. 2007a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: Uma viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007b. 83p.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério do Meio Ambiente. **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção: Volume I**. Brasília: ICMBio/MMA, 2018. 492p.

BRAGA, G. B.; FIÚZA, A. L. C.; REMOALDO, P. C. A. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 370-396, 2017.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. S. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 115-134, 2014.

CONWAY, G. R.; BARBIER, E. B. **After the green revolution: sustainable agriculture for development**. Londres: Earthscan Publications, 1990. 205p.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F.; FIGOLS, F. A. B.; ANDRADE, D. (Orgs.). **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 2000. 189p.

DIEGUES, A. C. **Sociedades e comunidades sustentáveis**. Nota técnica, 2003. 7p.

DUTRA, V.; COLARES, A.; ADORNO, L. F. M.; MAGALHÃES, K.; GOMES, K. Proposta de estradas-parque como unidade de conservação: dilemas e diálogos entre o Jalapão e a Chapada dos Veadeiros. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 161-176, 2008.

DUTRA, R. M. S.; SOUZA, M. M. O. Cerrado, revolução verde e evolução do consumo de agrotóxicos. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 29, n. 3, p. 469-484, 2017.

FÉ, E. G. M.; GOMES, J. M. A. Territorialidade e sociobiodiversidade na configuração do espaço produtivo da comunidade Olho d'Água dos Negros no município de Esperantina - PI. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 27, n. 2, p. 297-308, 2015.

GODELIER, M. **L'idéal et le matériel**. Paris: Fayard, 1984. 350p.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. cap.7, p. 169-190.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. cap. 1, p. 108-119.

JOSÉ NETO, C. **A ocupação do espaço geográfico da Furna dos Baianos por afrodescendentes**. 2005. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Departamento de Geociências, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2005.

KAPP, S. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 1-32, 2020.

LIMA, R. A. F.; RANDO, J. G.; BARRETO, K. D. Composição e diversidade no Cerrado do leste de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 39, n. 1, p. 9-24, 2015.

LIMA, B. S.; SILVA, C. A.; BOIN, M. N.; MEDEIROS, R. B. As paisagens e as dinâmicas territoriais na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá, v. 29, n. 1, p. 224-241, 2020.

MAACK, R. Fenômenos carstiformes de natureza climática e estrutural de arenitos do Estado do Paraná. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**, Curitiba, v. 11, p. 151-162, 1956.

MACHADO, R. B.; RAMOS NETO, M. B.; PEREIRA, P. G. P.; CALDAS, E. F.; GONÇALVES, D. A.; SANTOS, N. S.; TABOR, K.; STEININGER, M. **Estimativas de perda de área de Cerrado brasileiro**. Relatório técnico. Conservação Internacional, Brasília, 2004. 22p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 9.937, de 5 de junho de 2000, de 5 de junho de 2000**. Cria a Área de Proteção Ambiental denominada Estrada-Parque Piraputanga, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, nº 5.279. Poder Executivo, Campo Grande, MS, 6 jun. 2000.

MATO GROSSO DO SUL. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. **Planos de manejo de unidades de conservação**. 2020. Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/gestao-de-unidades-de-conservacao/planos-de-manejo-das-unidades-de-conservacao/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica; In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (Orgs.) **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.

MAZZETTO-SILVA, C. E. Ordenamento territorial no Cerrado brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 19, p. 89-109, 2009.

MELO, M. S.; LOPES, M. C.; BOSKA, M. A. Furna do Buraco do Padre, Formação Furnas, PR - Feições de erosão subterrânea em arenitos devonianos da Bacia do Paraná. In: WINGE, M.; SCHOBENHAUS, C.; BERBERT-BORN, M.; QUEIROZ, E. T.; CAMPOS, D. A.; SOUZA, C. R. G.; FERNANDES, A. C. S. (Edts.). **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**, 2009, p. 47-56.

MUÑOZ, A. M. M.; FREITAS, S. R. Importância dos serviços ecossistêmicos nas cidades: revisão das publicações de 2003 a 2015. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 89-104, 2017.

MYERS, N.; MITTERMEIER, A. R.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. B.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, London, n. 403, p. 853-858, 2000. NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 183-207, 2015.

NOSS R. F.; PLATT, W. J.; SORRIE, B. A.; WEAKLEY, A. S.; BRUCE MEANS, D.; COSTANZA, J.; PEET; R. K. How global biodiversity hotspots may go unrecognized: lessons from the North American Coastal Plain. **Diversity and Distributions**, n. 21, p. 236-244, 2015.

OLIVEIRA, V. S. **Caracterização Geoturística da Área de Proteção Ambiental (APA) da Estrada Parque de Piraputanga, nos Municípios de Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti - MS**. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2016.

OLIVEIRA, A. R. S.; SILVA, C. H. Território, Territorialidade e Identidade Territorial: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 27, n. 49, p. 411-426, 2017.

OLIVOS, A. R. El concepto de bienes comunes en la obra de Elinor Ostrom. **Ecología Política**, Barcelona, v. 45, p. 116-121, 2013.

PAMPLONA, J. B.; CACCIAMALI, M. C. O paradoxo da abundância: recursos naturais e desenvolvimento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 251-270, 2017.

PÓVOA, M. B. **Arqueologia dos abrigos Cera, Aquidauana/MS: cultura material e inserção na paisagem**. 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; CALIXTO, J. S.; ASSIS, T. P.; AYRES, E. B.; SILVESTRE, L. H. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais

do Alto Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 77-99, 2005.

RODRIGUES, L. P.; SILVA, J. F.; CARVALHO, E. M. Análise multitemporal do uso e cobertura da terra da Área de Proteção Ambiental Estrada Parque de Piraputanga - Aquidauana/MS. **Revista Equador**, Teresina, v. 4, n. 3, p. 888-895, 2015.

SANO, E. E.; ROSA, R.; BRITO, J. L. S.; FERREIRA, L. G. **Mapeamento de cobertura vegetal do bioma Cerrado**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008. 60 p.

SAWYER, D.; MESQUITA, B.; COUTINHO, B.; ALMEIDA, F. V.; FIGUEIREDO, I.; LAMAS, I.; PEREIRA, L. E.; PINTO, L. P.; PIRES, M. O.; KASECKER, T. **Ecosystem profile Cerrado biodiversity hotspot**: Full report. Critical Ecosystem Partnership Fund. Brasília: Supernova, 2018. 239 p.

SINGH, N. Convertirse en un comunero: los comunes como lugares de encuentro y co-existencia socionatural y afectiva. **Revista Ecología Política**, Barcelona, v. 55, p. 8-12, 2018.

SOUZA, L. B.; CHAVEIRO, E. F. Território, ambiente e modos de vida: conflitos entre o agronegócio e a Comunidade Quilombola de Morro de São João, Tocantins. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 31, p. 1-26, 2019.

SYDOW, U. **O 'Trem do Pantanal' como fator de desenvolvimento do distrito de Piraputanga, Mato Grosso do Sul**. 2004. 74 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Campo Grande, 2004.

TOLEDO, V. M. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 20, p. 31-45, 2009.

TOLEDO, V. M. M. Indigenous peoples and biodiversity. In: LEVIN, S. A. **Encyclopedia of Biodiversity**. Cambridge: Academic Press, 2013. p. 269-278.

VIANA, V. M. Bolsa Floresta: um instrumento inovador para a promoção da saúde em comunidades tradicionais da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 143-153, 2008.

Recebido: 19.11.2021

Aceito: 03.03.2022